

**Câmara Municipal
de
Ponte da Barca**

Divisão de Administração Geral e Finanças

Reunião Nº 15/2016

Assunto:

REUNIÃO ORDINÁRIA
DO DIA 18 de julho de 2016

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTE DA BARCA

<u>SUMÁRIO:</u>	Fl.
01- Abertura	1
02- Antes da ordem do dia	2-3
03- Balancetes	4
04- Pagamentos	4
05- Decisões do Presidente	-
06- Obras públicas.....	4-5
07- Fornecimentos diversos	-
08- Obras particulares.....	5-6
09- Pessoal	-
10- Requerimentos diversos	6
11- Expediente diverso	-
12- Deliberações diversas	7-31
13- Outros assuntos	-
14- Encerramento	31

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE

PONTE DA BARCA

ATA Nº 15/2016

Data da Reunião: Dezoito de julho de dois mil e dezasseis

Local da Reunião: Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho

Presidiu: ANTÓNIO VASSALO ABREU

Presenças

Presidente:

António Vassalo Abreu

Vereadores:

José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

Armindo José Sousa da Silva

Sílvia Manuela Carneiro Amorim Torres

Augusto Manuel dos Reis Marinho

Ricardo Jorge Freitas Gomes Armada

Olinda Pereira de Oliveira Barbosa

Início da Reunião: Dez horas

Encerramento: treze horas e quarenta minutos

Secretariou a reunião: Dr^a Aida Maria Boalhosa Pereira

Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:

Prestou Colaboração Técnica:

OBS:

----- A ata foi aprovada em minuta. -----

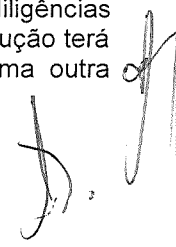
PONTO Nº: 2 ANTES DA ORDEM DO DIA**I – INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO VASSALO ABREU E DOS SENHORES VEREADORES**

O senhor Presidente da Câmara, Vassalo Abreu, procedeu à abertura da reunião começando por saudar todos os presentes. O senhor Presidente deu conta das atividades a realizar nos próximos dias, nomeadamente a presença do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro, para formalizar o protocolo de colaboração com a Direção Geral de Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, no sentido de reforçar as parcerias e apoios à Diáspora Portuguesa. Dia 19 é também o dia em que se realizará a conferência de imprensa de apresentação do cartaz e do programa da Romaria de São Bartolomeu 2016. Da parte da tarde será inaugurada, no átrio dos Paços do concelho, uma exposição do colaborador da autarquia, Cândido Cerqueira. Foi ainda feita referência ao Festival Folk Celta que terá lugar nos dias 29 e 30 de julho. Foi feito o Balanço da III Edição da Iniciativa Barca Jovem e houve consenso de todos os presentes em relação ao sucesso e adesão registada na iniciativa, com enfoque particular no sucesso alcançado pelo I Trail Terras da Nóbrega. A Vereadora da Cultura, Turismo e Desporto referiu, ainda, o sucesso do fim de semana gastronómico do Cabrito à Serra Amarela, que decorreu paralelamente à iniciativa Barca Jovem e que lotou os restaurantes aderentes tendo despoletado grande dinâmica económica do setor da restauração.

O senhor Vereador, Armindo Silva, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. O senhor Vereador referiu-se à iniciativa "Barca Jovem" na qual teve oportunidade de assistir a algumas das atividades, tendo ficado com a ideia de que houve uma grande adesão por parte dos participantes. Elogiou a realização de tal iniciativa, tendo sido muito importante para o concelho. Felicitou, também, a Associação Juvenil do Lima pela realização da iniciativa "Ecos do Lima". Voltou a perguntar ao senhor Presidente pela razão de ainda não ter sido concretizada a mudança do cruzeiro em Ruivos, bem como o ponto da situação do pedido apresentado pelo senhor Padre da freguesia de Crasto para atribuição de um apoio financeiro para a realização das obras na igreja. O senhor Presidente prestou os devidos esclarecimentos. O senhor Vereador, Armindo Silva, disse que viu trabalhadores afetos aos jardins a trabalhar em horas de calor intenso, tendo questionado o senhor Presidente porque esses trabalhadores não têm um horário diferente para o período de verão. O senhor Presidente deu a palavra ao senhor Vereador, José Alberto Pontes, tendo referido que essa situação está acautelada. O senhor Vereador, Armindo Silva, continuou a sua intervenção, referindo que é necessário proceder à limpeza do ancoradouro no choupal. Por fim, disse que as estradas continuam ainda sem qualquer intervenção, referindo-se, em particular, à estrada que faz ligação da Nacional ao Cruzeiro de S. Pedro.

A senhora Vereadora, Olinda Barbosa, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. A senhora Vereadora questionou o senhor Presidente pelo número de turmas no Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios e Crasto e pelas estratégias para fixar a população nas freguesias que pertencem ao PNPG. O senhor Presidente prestou os devidos esclarecimentos. Na última reunião deste órgão, o senhor Vereador, Armindo Silva, disse que foram cortadas árvores na freguesia de Vila Nova de Muia, não tendo sido a edilidade, a senhora Vereadora questionou o senhor Presidente de quem foi a autoria. O senhor Presidente deu a palavra ao senhor Vereador, José Alberto Pontes, tendo prestado os devidos esclarecimento.

O senhor Vereador, Augusto Marinho, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. O senhor Vereador questionou o senhor Presidente pelo ponto da situação do FEF, isto é, da reposição das receitas que são devidas a este Município por parte da administração central. Se ainda está pendente, disse que é o momento de tomar uma posição de maior força para a sua resolução. Voltou a questionar o senhor Presidente pelo ponto de situação da atribuição do abono para falhas ao pessoal da Loja do Cidadão. O senhor Vereador questionou o senhor Presidente se já existe resolução para a eliminação do estrangulamento na estrada sita no lugar da Bemposta, freguesia de Lavradas. O senhor Presidente deu a palavra ao senhor Vereador, José Alberto Pontes, tendo referido que já foram encetadas diversas diligências com vista a dialogar com o proprietário mas as mesmas revelaram-se infrutíferas, pelo que a resolução terá de passar pela expropriação. O senhor Vereador, Augusto Marinho, referiu-se, também, a uma outra



situação na freguesia de Lavradas que diz respeito ao melhoramento das condições de acesso da ambulância a uma habitação no qual reside um doente que tem necessidade de tratamento médico. O senhor Presidente deu a palavra ao senhor Vereador, José Alberto Pontes, tendo prestado os devidos esclarecimento. O senhor Vereador, Augusto Marinho, sugeriu ao senhor Presidente que fosse disponibilizado no site do Município um relatório síntese do relatório da qualidade da água para que este seja de fácil interpretação. Referiu, ainda, algumas situações deste edifício que carecem de resolução: sinalética, porta da sala de reuniões, qualidade do ar e segurança no último piso. Por último, o senhor Vereador, Augusto Marinho, disse que não lhe parece bem que apenas tenha sido construída uma rampa até a uma determinada parte da escadaria condese da folgosa. O senhor Presidente deu a palavra ao senhor Vereador, José Alberto Pontes, tendo prestado os devidos esclarecimento.

O senhor Vereador, Ricardo Armada, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que em representação do executivo, e perante a ausência do Presidente por gozo de férias, esteve presente na tomada de posse dos novos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca. Referiu-se à iniciativa "Barca Jovem", tendo corrido muito bem, com a adesão de muitos participantes. Registou uma nota de agradecimento a todos os voluntários, trabalhadores da autarquia e todos os outros, que se envolveram na iniciativa, assim como um agradecimento aos proprietários dos terrenos que permitiram o seu atravessamento para a realização do trail.

A senhora Vereadora, Sílvia Torres, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. A senhora Vereadora deixou uma referência muito positiva acerca do passado fim de semana em Ponte da Barca. Foi um fim de semana intenso com atividades diversas em que se destacou a iniciativa "Barca Jovem" e o Festival "Ecos do Lima". A iniciativa "Barca Jovem" é já uma aposta ganha. À organização do Ecos do Lima deixou uma nota de felicitação pela forma como decorreu o festival e pelo empenho do grupo de jovens. Domingo gastronómico do cabrito à Serra Amarela disse ter sido, igualmente, um sucesso. Em relação às atividades futuras disse que amanhã dia 19 pelas 10 horas temos a apresentação do cartaz e programa da Romaria de S. Bartolomeu. Este ano com duas novidades: concurso de montras alusivas à Romaria, de forma a procurar o envolvimento dos estabelecimentos comerciais, dinamizando e tornando mais atrativa a visita à sede do concelho nos dias em que decorre a Romaria. Este ano também será lançada uma campanha de recolha de fotografias e objetivos alusivos à Romaria, dando corpo assim ao trabalho que iniciamos com o intuito de proceder ao registo no inventário nacional de património imaterial. Este projeto de memória denominado "Ó meu S. Bartolomeu" tem como objetivo primordial recolher memórias da Romaria que testemunham as vivências ao longo dos tempos. Informou, ainda, que hoje à tarde, pelas 16 horas irá decorrer a abertura da exposição "Uma luz ao fundo do túnel" de Cândido Cerqueira. Deu conta da sua presença numa reunião com a Universidade Católica na qual se debateu a continuidade profícua entre a Câmara Municipal e esta instituição, ficando em cima da mesa a possibilidade e o desafio de editar a obra de Frei Agostinho da Cruz.

O senhor Vereador, José Alberto Pontes, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que esteve presente, em representação do Município, em diversas reuniões: Assembleia Geral da Resulima, Secretário de Estado das Florestas, entre outras. Disse ter felicitado o senhor Primeiro Ministro pela nomeação do Dr. Eduardo Gomes para as Águas do Norte. Deu nota da reportagem que foi publicada na revista "Observador digital".

- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE UM DE JULHO DE 2016: - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por maioria, aprovar a ata da reunião, realizada no dia um julho corrente, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da respetiva reunião. Absteve-se o senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, por não ter estado presente naquela reunião. -----

PONTO Nº: 3 - BALANCETES**3.1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA**

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria relativo ao dia 15/07/2016, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....587.425,20€

Dotações Não Orçamentais.....399.747,01€

PONTO Nº: 4 - PAGAMENTOS**4.1. - PAGAMENTOS RATIFICADOS**

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 1784 a 1912 inclusive, no valor de 278,652,73 €.

4.2. - DESPESA

----- Durante o período compreendido entre o dia 28./06/2016 e o dia 12/07/2016, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....478.660,50 €

Compromissado.....337.968,81 €

Liquidado..... 202.830,52€

Pago.....197.169,28 €

Operações não Orçamentais..... 65.840,67€

PONTO Nº: 6 - OBRAS PÚBLICAS**6.1. – REFORÇO ESTRUTURAL DO BLOCO H DO CENTRO ESCOLAR EB/S DE PONTE DA BARCA
- Relatório de Fiscalização -**

- Presente pela empresa MONINSPEC – Monitorizações e Inspeções Técnicas, o relatório de fiscalização do edifício H do Centro Escolar EB/S de Ponte da Barca, registado sob o número 4444/2016, de 11/05/2016. Pela Divisão de Administração e Conservação do Território foi emitida e informação que se transcreve: "Em sequência do ofício em anexo, vem a empresa responsável pela fiscalização da empreitada reforço estrutural das lages do bloco H do Centro Escolar de Ponte da Barca apresentar relatório de acompanhamento da empreitada que se leva ao conhecimento da C.M.

De forma resumida o autor do relatório informa que:

1. Não se registaram alterações ao projeto de reforço estrutural.
2. O empreiteiro apresentou para aprovação materiais que foram aprovados de acordo com as orientações dos projetistas e caderno de encargos. Todos os materiais empregues na empreitada foram aprovados pela fiscalização;
3. Os processos construtivos adotados observaram o previsto, tendo sido previamente validados pela fiscalização;



4. Não ocorreram não conformidades no decorrer da empreitada;

Em conclusão o autor do relatório afirma " A empreitada decorreu de acordo com o previsto, quer em termos de prazos, quer em termos de custos. Os trabalhos foram executados de acordo com o definido em Caderno de encargos, assim como todos os materiais utilizados".

É o que me cumpre levar ao conhecimento da C.M."

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos serviços. -----

PONTO Nº: 8 - OBRAS PARTICULARES

8.1 – PROJETO DE ARQUITETURA

Patrícia Imperadeiro dos Santos e outro, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de reconstrução e alteração de edifício destinado a taberna regional e produção de fumeiro, licores e compotas, sito no lugar de Parada, freguesia de Lindoso - processo LE-EDI n.º 13/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 28/06/2016.

Caixa Geral de Depósitos, SA, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de alteração para estabelecimento de comércio a retalho (supermercado), sito no lugar do Casal, freguesia de Oleiros - processo LE-EDI n.º 38/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 01/07/2016.

8.2 – PROJETO DE COMPLEMENTARES

Adelino Gomes Carneiro, a requerer aprovação dos projetos de especialidade da obra de construção de moradia unifamiliar na tipologia T3 e anexo, sito no lugar de Paredes, freguesia de Nogueira - processo LE-EDI n.º 51/2015. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 30/06/2016.

TWINKLE GREEN – Agrícola, Lda, a requerer aprovação dos projetos de especialidade da obra de reconstrução e ampliação de edifício destinado a apoio agrícola, sito no lugar de Fonte Coberta, freguesia de Lavradas - processo LE-EDI n.º 21/2016. Deferido por despacho da senhora Vereadora, Sílvia Torres, de 04/07/2016.

José Diniz Araújo da Fonte, a requerer aprovação dos projetos de especialidade da obra de construção de moradia unifamiliar na tipologia T3, sito no lugar de Peneirada, freguesia de Bravães - processo LE-EDI n.º 10/2016. Deferido por despacho da senhora Vereadora, Sílvia Torres, de 12/07/2016.

8.3 - RECEÇÃO PROVISÓRIA DE INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO LU-LOT 1-2013 - MARIA JOSÉ MAGALHÃES SANT'ANA

- Presente informação interna nº 2331, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registada sob o nº 4116, em 08/06/2016, que se transcreve: "No seguimento do despacho do Sr. Chefe de Equipa datado de 02/06/2016 no processo LU-LOT 1/2013, levo ao conhecimento auto de vistoria efetuado pela EDP a aprovar a obra de infraestrutura elétrica. Acrescento que o auto de receção provisório (parcial) foi aprovado em reunião de câmara datada de 14/03/2016 contudo foram recebidas todas as infraestruturas menos as de eletricidade.

Neste sentido remeto para pronuncia da comissão composta para o efeito e constituída pelos técnicos Engº Miguel Silva, Arqº. Ivo Costa e Engº Agostinho Barros.

Segue em anexo correspondência efetuada pela EDP, bem como GSE interno 1967/2016 correspondente ao Auto de Vistoria de Receção Provisória (Parcial)".

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a receção provisória da obra de infraestruturas elétricas, conforme auto de vistoria da comissão.-----

PONTO Nº: 10 - REQUERIMENTOS DIVERSOS

10.1 – DIOCESE DE VIANA DO CASTELO

- Pedido de apoio para desenvolver a atividade – Dia dos Avós -

Presente email da Diocese de Viana do Castelo, registado sob o número 6100/2016, de 30/06/2016, que se transcreve: "O Padre Artur Rodrigues Coutinho, na qualidade de Diretor do Secretariado da Pastoral Social da Diocese, vem pedir, conforme a nossa entrevista, à Câmara Municipal de Ponte da Barca a reserva do Choupal para o dia 26 de Julho, dia dos Avós, assim como as casas de banho, a montagem de um palco na zona mais conveniente, a instalação de som e alguma animação a começar pelas 10 horas até ao meio dia. Assim, se houvesse 400 cadeiras ou mais disponíveis e algumas mesas mais seria muito conveniente. No entanto iremos recomendar às IPSS que se previnam contra a probabilidade de faltas de cadeira ou mesas. O encontro é para idosos institucionalizados ou não e crianças (netos). Todas as IPSS do Distrito são convidadas. Aproveitamos desde já a convidar o senhor Presidente a passar por lá pela tarde ou pela manhã. O Senhor D. Anacleto celebrará às 15 horas e será com esta celebração, ao ar livre, que daremos o encontro como encerrado. Com os melhores cumprimentos, atenciosamente nos subscrevemos. Pelo Secretariado, Padre Artur Coutinho."

Pela Divisão de Desenvolvimento Social, foi emitida a informação que se transcreve: "Considerando que no dia 26 de julho se comemora o DIA MUNDIAL DOS AVÓS; Considerando que o Secretariado da Pastoral Social da Diocese de Viana do Castelo, na pessoa do seu Diretor, lançou o desafio à autarquia para colaborar nas comemorações do Dia Mundial dos Avós, no próximo dia 26 de julho, em Ponte da Barca; Considerando que nos termos da alínea u), do nº1, do artigo 33º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal, "...apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município..."; Considerando que esta se constituiu como uma atividade que pretende promover o convívio entre avós e netos e entre idosos do distrito, numa confraternização saudável e animada e que o programa prevê diversos momentos de interesse, entre os quais música, animação e a celebração da missa pelo D. Anacleto às 15h; Considerando que com esta iniciativa se prevê uma adesão na ordem das 500 pessoas (idosos e netos barquenses) bem como a população institucionalizada das Instituições Sociais de Solidariedade Social (IPSS) do distrito; Submete-se à consideração do Sr. Presidente o apoio à organização da iniciativa nomeadamente a autorização e respetiva reserva para a utilização dos espaços públicos (concretamente com a vedação do choupal e a reserva do campo da feira para estacionamento dos autocarros e carrinhas das instituições), a cedência e montagem do palco, bem como a existência de Ponto Luz no local. Ainda, será necessário a disponibilização de aparelhagem de som e do técnico de som competente, a partir das 9h e até ao final da missa, bem como de 2 microfones. Para a animação solicitam que se diligencie no sentido de se proporcionar dois momentos distintos, (entre as 10h e as 12 horas), que poderá ser a atuação de um rancho folclórico, de um artista local, grupo de concertinas, teatro de comédia, ou outros. Ainda, garantir que a rega automática esteja desligada no dia da atividade, bem como a abertura das casas de banho do Choupal e a sua limpeza (anterior e posterior ao evento). Por último, solicitam a disponibilização de 400 cadeiras (distribuídas pelo choupal) bem como, aproximadamente 50 mesas. Pelo exposto, coloca-se à consideração superior e, em caso de concordância do Sr. Presidente, a submissão desta proposta à Câmara Municipal." --

----- A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade concordar com a informação dos serviços.-----

PONTO Nº: 12 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS

12.1. - PROTOCOLO PARA APOIO A ASSOCIATIVISMO CULTURAL E RECREATIVO

- Proposta -

- Aprovação de Minutas de Protocolo -

- Pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:
"Considerando que o Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer;

Considerando que o interesse público que à Autarquia compete pode ser concretizado quer através de investimentos próprios quer apoiando ou participando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

Considerando o papel fundamental que o Associativismo Cultural e Recreativo desempenha no fortalecimento da sociedade, no envolvimento da população na vida do concelho e na preservação da matriz cultural deste território e da comunidade;

Considerando que as Associações abaixo indicadas preenchem os seguintes requisitos:

- Possuir sede no Concelho de Ponte da Barca ou nele desenvolver atividade relevante;

- Entrega do Plano de Atividades ou Orçamento anual;

- Apresentação do relatório de contas do ano transato;

- Possuir situação dos órgãos sociais regularizada de acordo com os seus estatutos.

Proponho, a celebração de protocolos de colaboração com as seguintes Entidades, nos montantes indicados;

- Associação Cultural e Desportiva "Os Canários de Bravães" - € 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos euros);

- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 396 Vila Nova de Muia – 2.000,00€ (Dois mil euros);

- Associação Desportiva "Os Amigos de Lindoso" - €1.800,00 (Mil e oitocentos euros);

- Associação Desportiva, Social e Cultural da Freguesia de Lindoso - € 1.800,00 (Mil e oitocentos euros);

- Associação Juvenil Sócio-Cultural e Desportiva Magalhães em Movimento – € 1.800,00 (Mil e oitocentos euros)

- Associação Social, Cultural Recreativa e Desportiva de Crasto - € 1.800,00 (Mil e oitocentos euros);

- Grupo Social, Desportivo e Recreativo de Cuide de Vila Verde - € 1.800,00 (Mil e oitocentos euros);

- Associação Nogueira Viva - € 1.800,00 (Mil e oitocentos euros);

- Vontade e Tradição - Associação Cultural e Recreativa - € 1.500,00 (Mil e quinhentos euros);

- Artebarca – € 1.500,00€ (mil e quinhentos euros);

- Grupo Folclórico Terras da Nóbrega - €1.100,00€ (Mil e cem euros);

- Associação Desportiva os Britelenses - € 1.000,00(Mil euros);

- União Desportiva Recreativa e Cultural de Paradamonte - € 500,00 (Quinhentos euros).

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu "

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou participando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

A Associação Cultural, Recreativa e Desportiva "Os Canários de Bravães", pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nnos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e

A Associação Cultural, Recreativa e Desportiva “Os Canários de Bravães”, pessoa coletiva n.º 503990973, devidamente representada pela sua Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva “Os Canários de Bravães”, acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

A Associação Cultural, Recreativa e Desportiva “Os Canários de Bravães”, responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva “Os Canários de Bravães”, a verba de 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros), a referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental , de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, em quatro frações de 1.125,00€ (mil cento e vinte e cinco euros) cada, a serem pagas nos meses de agosto, outubro e dezembro de 2016 e fevereiro de 2017.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pela Associação Cultural, Recreativa e Desportiva “Os Canários de Bravães”

O Presidente da Direção

Carlos Araújo.”

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou participando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

A Associação Desportiva "Os Amigos de Lindoso", pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e

A Associação Desportiva "Os Amigos de Lindoso", pessoa coletiva n.º 501434151 devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a Associação Desportiva "Os Amigos de Lindoso", acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

A Associação Desportiva "Os Amigos de Lindoso", responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

1. Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Associação Desportiva "Os Amigos de Lindoso", a verba de 1.800,00 € (mil e oitocentos euros).

2. A referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental, de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, em três frações, no valor de 600,00€ (seiscentos euros) cada, a serem pagas nos meses de agosto e novembro de 2016 e janeiro de 2017.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016.

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pela Associação Desportiva "Os Amigos de Lindoso"

O Presidente da Direção

Rodrigo Vaz "

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou participando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

A Associação Desportiva "Os Britelenses", pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e

A Associação Desportiva "Os Britelenses", pessoa coletiva n.º 508121140, devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação; é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a Associação Desportiva "Os Britelenses", acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

A Associação Desportiva "Os Britelenses", responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Associação Desportiva "Os Britelenses", a verba de 1000,00 € (mil euros).

A referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental, de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, em duas frações de 500,00€ (quinhentos euros), a serem pagas entre os meses de agosto e dezembro de 2016.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016.

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara

António Vassalo Abreu

Pela Associação Desportiva "Os Britelenses"

A Presidente da Direção
Liliana Pinto

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

A Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto, pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e

A Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto, pessoa coletiva n.º 503176451, devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto, acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

A Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto, responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

1. Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto, a verba de 1.800,00 € (mil e oitocentos euros).

2. A referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental , de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, em três frações, no valor de 600,00€ (seiscentos euros) cada, a serem pagas nos meses de agosto e novembro de 2016 e janeiro de 2017.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016.

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pela Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto,

O Presidente da Direção

Paulo Jorge Menezes Fernandes.”

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou participando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

O Grupo Social, Desportivo e Recreativo de Cuide de Vila Verde, pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e

O Grupo Social, Desportivo e Recreativo de Cuide de Vila Verde, pessoa coletiva n.º 505336561, devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e o Grupo Social, Desportivo e Recreativo de Cuide de Vila Verde, acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

O Grupo Social, Desportivo e Recreativo de Cuide de Vila Verde, responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

1. Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída ao Grupo Social, Desportivo e Recreativo de Cuide de Vila Verde, a verba de 1.800,00 € (mil e oitocentos euros).

2. A referida verba está assegurada através dos compromissos n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental , de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, em três frações, no valor de 600,00€ (seiscentos euros) cada, a serem pagas nos meses de agosto e novembro de 2016 e janeiro de 2017.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pelo Grupo Social, Desportivo e Recreativo de Cuide de Vila Verde

O Presidente da Direção

Manuel Lopes."

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

O Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 396 Vila Nova de Muía, pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural, social e recreativa nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e

O Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 396 Vila Nova de Muía pessoa coletiva n.º 500972052, devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e o Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 396 Vila Nova de Muía, acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

O Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 396 Vila Nova de Muía, responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída ao Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento

396 Vila Nova de Muía , a verba de 2.000,00 € (dois mil euros).

A referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental , de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, em quatro frações, no valor de 500,00€ (quinhentos euros) cada, a serem pagas nos meses de agosto, outubro e dezembro de 2016 e janeiro de 2017.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, consoante o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pelo Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 396 Vila Nova de Muía

O Presidente.”

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou participando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

A Associação Juvenil, Sócio Cultural e Desportiva - " Magalhães Em Movimento" , pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural, recreativa e desportiva nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e

Associação Juvenil, Sócio Cultural e Desportiva – "Magalhães Em Movimento" , pessoa coletiva n.º 513495010, devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a Associação Juvenil, Sócio Cultural e Desportiva - " Magalhães Em Movimento", acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

A Associação Juvenil, Sócio Cultural e Desportiva - " Magalhães Em Movimento", responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Associação Juvenil, Sócio Cultural e Desportiva - " Magalhães Em Movimento", a verba de 1.800,00 € (mil e oitocentos euros).

A referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental , de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, em três frações, no valor de 600,00€ (seiscentos euros) cada, a serem pagas nos meses de agosto e novembro de 2016 e janeiro de 2017.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016.

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pela Associação Juvenil, Sócio Cultural e Desportiva - " Magalhães Em Movimento",

O Presidente da Direção

Pedro Gonçalves."

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou participando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

A Associação Desportiva, Social e Cultural da Freguesia de Lindoso, pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nnos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

e

A Associação Desportiva, Social e Cultural da Freguesia de Lindoso, pessoa coletiva n.º 502075392, devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da

Direção da referida Associação;
é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a Associação Desportiva, Social e Cultural da Freguesia de Lindoso, acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

A Associação Desportiva, Social e Cultural da Freguesia de Lindoso, responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Associação Desportiva, Social e Cultural da Freguesia de Lindoso, a verba de 1.800,00 € (mil e oitocentos euros).

A referida verba está assegurada através do compromisso n.º _____ e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental _____, de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, em três frações, no valor de 600,00€ (seiscentos euros) cada, a serem pagas nos meses de agosto, novembro de 2016 e janeiro de 2017.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de _____ de 2016.

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pela Associação Desportiva, Social e Cultural da Freguesia de Lindoso,

O Presidente da Direção

José Manuel Araújo ."

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

"Artebarca" - Associação de Artesãos de Ponte da Barca, pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole artigos artesanais nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e

“Artebarca” - Associação de Artesãos de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 504650874 devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e “Artebarca” - Associação de Artesãos de Ponte da Barca, acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

“Artebarca” - Associação de Artesãos de Ponte da Barca, responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Artebarca, a verba de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros).

A referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental , de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, em duas frações, cada uma no valor de 750 € (setecentos e cinquenta euros), a serem pagas no meses de agosto e dezembro de 2016.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de _____ de 2016.

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pela Artebarca

A Presidente da Direção

Rosa Maria Araújo.”

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

A CultuRadical, pessoa colectiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes, nomeadamente no campo do desporto e lazer.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nnos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

A União Desportiva Cultural e Recreativa de Paradamonte (Udercup), pessoa coletiva n.º 508425760, devidamente representada pela sua Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a União Desportiva Cultural e Recreativa de Paradamonte, acordam na transferência para a referida Associação dos meios financeiros e logísticos para a prossecução do seu plano de atividades, no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

A União Desportiva Cultural e Recreativa de Paradamonte, responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída a União Desportiva Cultural e Recreativa de Paradamonte, a verba de 500,00€ (quinhentos euros).

A referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental , de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, numa só fracção, a ser paga no mês de outubro de 2016.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pela União Desportiva Cultural e Recreativa de Paradamonte

O Presidente”.

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

Associação Cultural, Desportiva e Recreativa - "Nogueira Viva", pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nnos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e

Associação Cultural, Desportiva e Recreativa - "Nogueira Viva", pessoa coletiva n.º 510409733 devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa - "Nogueira Viva", acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

Associação Cultural, Desportiva e Recreativa - "Nogueira Viva", responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Associação Cultural, Desportiva e Recreativa - "Nogueira Viva", a verba de 1.800,00 € (mil e oitocentos euros).

A referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental , de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis em três fracções, no valor de 600,00€ (seiscentos euros) cada, a serem pagas nos meses de agosto e novembro de 2016 e janeiro de 2017.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016.



Pelo Município de Ponte da Barca
O Presidente da Câmara Municipal
António Vassalo Abreu
Pela Associação Cultural, Desportiva e Recreativa - "Nogueira Viva"
O Presidente da Direção
Óscar Sousa."

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

A Vontade e Tradição – Associação Cultural e Recreativa, pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nnos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e

A Vontade e Tradição – Associação Cultural e Recreativa pessoa coletiva n.º 509253334 devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a Vontade e Tradição – Associação Cultural e Recreativa, acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades no período temporal em que se declarar válido este protocolo.

Cláusula 2ª.

A Vontade e Tradição – Associação Cultural e Recreativa, responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Vontade e Tradição – Associação Cultural e Recreativa, a verba de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros).

A referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental, de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, em três frações, no valor de 500,00€ (quinhentos euros) cada, a serem pagas nos meses de agosto e novembro de 2016 e janeiro de 2017.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pela Vontade e Tradição – Associação Cultural e Recreativa

Michael Abreu”

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou participando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

Grupo Folclórico Terras da Nóbrega pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural e recreativa, designadamente no campo da etnografia regional.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea u), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; e

O Grupo Folclórico Terras da Nóbrega pessoa coletiva n.º 510671055 devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação; é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e o Grupo Folclórico Terras da Nóbrega, acordam na transferência para o referida Rancho de meios financeiros e logísticos para apoio à prossecução do seu plano atividades referente ao corrente ano.

Cláusula 2ª.

O Grupo Folclórico Terras da Nóbrega responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuído ao Grupo Folclórico Terras da Nóbrega:

- A verba de 900,00 € (novecentos euros). A referida verba está assegurada através do compromisso n.º 2015/2075 e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental 0102/ 040701, de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado numa só prestação, a ser paga no mês de setembro de 2015.

- A verba de 400,00 € (quatrocentos euros), para apoio à deslocação, durante o ano de 2015, para atuação em Ponte da Barca.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos

recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante.
O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se (sob pena de suspensão), a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016 .

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pelo Grupo Folclórico Terras da Nóbrega

O Presidente da Direção."

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, bem como a minuta dos protocolos a celebrar.-----

12.2. – FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE

- Proposta -

- Minuta de protocolo -

- Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que o Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer;

Considerando que o interesse público que à Autarquia compete pode ser concretizado quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando eventos e ações culturais que constituam uma mais valia para o concelho;

Considerando que o presente protocolo visa a cooperação para a divulgação da cultura de outros pontos do globo no nosso território e também a promoção da região do Alto Minho além fronteiras;

Proponho, a celebração de um protocolo de colaboração com:

- Grupo Folclórico da Casa de Barbeita;

- Atribuição do montante de sete mil euros (7.000,00€), para a realização em Ponte da Barca do Festival Internacional de Danças Folclóricas – O Mundo a Dançar

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 03 de maio de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal,

António Vassalo Abreu ."

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea u), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre: O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; e

O Grupo Folclórico da Casa do Povo de Barbeita, pessoa coletiva n.º 501790195, devidamente

representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;
é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e o Grupo Folclórico da Casa do Povo de Barbeita, acordam na transferência para a referida Associação dos meios financeiros para a prossecução do Festival Internacional de Danças Folclóricas em Ponte da Barca no dia 05 de Agosto de 2016.

Cláusula 2ª.

O Grupo Folclórico da Casa do Povo de Barbeita, responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuído Grupo Folclórico da Casa do Povo de Barbeita a verba de €7.000,00 (sete mil euros). A referida verba está assegurada através do compromisso n.º _____ e será transferida do orçamento municipal para 2016, através da rubrica _____, de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado numa só fração, a ser paga no mês de julho de 2016.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante.
O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se (sob pena de suspensão), a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016.

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu

Pelo Grupo Folclórico da Casa do Povo de Barbeita

O Presidente da Direção;

O Presidente"

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta, bem como as minutas dos protocolos a celebrar. Absteve-se o senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, tendo apresentado a declaração de voto que se transcreve: "Abstenho-me neste ponto, não pela iniciativa em si, mas por uma questão de coerência e de prioridades. Considero mais importante mudar a vida de pelo menos um jovem barquense de que a realizar este festival. Existindo verbas para as duas situações votaria favoravelmente, não existindo verbas suficientes, então a minha opção seria pelas bolsas de estudo. Estamos a falar de um investimento de sete mil euros." -----

12.3. - PROPOSTA DE DOAÇÃO DE UM TERRENO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PONTE DA BARCA PARA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO QUARTEL

- Pelo senhor Vice Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Breve Descrição da Situação Atual do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca- A Associação Humanitária dos

Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca, AHBVPB, com o Código Operacional 1610, presta serviço humanitário na Região Operacional do Norte, CDOS – Viana do Castelo. Através da sua Corporação de Bombeiros Voluntários CBVPB exerce atividade operacional na área de atuação do Município de Ponte da Barca, participando em atividades localizadas fora da sua área de atuação principal no âmbito do SIEM e DCIF.

Enquanto agente de proteção civil, a CBVPB exerce funções nos domínios do aviso, alerta, intervenção, apoio e socorro, de acordo com as suas atribuições e sob a direção dos comandos ou chefias próprios.

A CBVPB ocupa um quartel inaugurado em 1983 que, em resultado da sua ocupação intensiva, desgaste e planeamento programático desadequado se apresenta obsoleto, subdimensionado e sem capacidade para atender às necessidades desse Corpo de Bombeiros.

A localização do quartel, em plena zona urbana/residencial, apresenta diversas desvantagens, a primeira das quais é a impossibilidade de promover a expansão do edifício existente. O quartel encontra-se "encravado" na malha urbana, confinando com um edifício público, um prédio de habitação e com uma bomba de combustível. A possibilidade de expansão em altura viria a colocar novos constrangimentos funcionais ao edifício. Com efeito, a solução construtiva em pisos apresenta desvantagens em estruturas deste tipo.

A segunda, resultante da saída de viaturas (único meio de acesso) para a via pública, ser efetuado por um arruamento estreito, em parte partilhado com o trânsito gerado pela bomba de combustível. Acresce ainda ao referido anteriormente, que a saída de viaturas do quartel conflui para a rua mais movimentada da Vila de Ponte da Barca, a qual apresenta uma constante movimentação de viaturas e de transeuntes, que dificultam as manobras dos veículos de emergência.

No atual quartel existe um claro destaque, em termos de dimensionamento, da área social da estrutura, em detrimento da área operacional. A parte social acomoda a secretaria, gabinetes e salas de reuniões, um museu de viaturas, um salão nobre, um bar/café e diversos espaços perdidos. Com efeito, contrastando com esta área, encontra-se a parte operacional da estrutura, que apresenta espaços operacionais exíguos, muitos deles objeto de alterações e adaptações pontuais, executadas com eficácia reduzida, por falta de planeamento anterior e à medida das necessidades sentidas ao longo do tempo.

Para além das deficiências programáticas do edifício, relevam para a perceção da situação atual deste quartel, a inexistência de balneários diferenciados por género. Existe apenas um balneário, partilhado por turnos, pelos membros do sexo feminino e masculino. Quanto aos WC's, foi improvisada uma cabine diferenciada para cada um dos sexos.

A sala de convívio/descanso não possui dimensões adequadas para acolher todos os elementos ao serviço e, estando ligada ao estacionamento coberto de viaturas de socorro, não possui a ventilação adequada.

A formação dos elementos da corporação está condicionada pelo facto do edifício não possuir salas de formação, o que dificulta a aquisição de conhecimentos e o desempenho do Corpo de Bombeiros.

Em suma, a área operacional deste edifício não se encontra otimizada para as funções que o Corpo de Bombeiros desempenha.

A área destinada a estacionamento de viaturas encontra-se subdimensionada, encontrando-se a maior parte da frota de socorro estacionada a descoberto, na parada do edifício e ao longo do arruamento de ligação à via pública. Para além de se encontrarem à mercê dos elementos e sofrerem deste modo maior desgaste, o estacionamento das viaturas reduz a área destinada a manobras, determinando a necessidade de maior perícia e organização por parte dos elementos da corporação, de modo a não gerar congestionamento em situações de crise.

Com 33 anos de utilização intensiva, o quartel apresenta problemas relativos a infiltrações de águas pluviais, através de coberturas e de caixilharias, existência de fibrocimento em coberturas, degradação de pinturas e revestimentos exteriores, degradação de elementos construtivos estruturais, existência de condensações provocadas por deficiente isolamento térmico do edifício e necessidade de substituição de caixilharias.

A cobertura em fibrocimento, que se encontra deteriorada, apresenta diversas fissuras que, em época de chuvas, originam infiltrações por toda a área operacional, em especial na zona das camaratas e corredor de acesso a balneários e área de EPI's.

As questões relacionadas com o conforto e a eficiência energética do edifício não foram tidas em consideração aquando da sua construção. O edifício não possui luz natural em quase todas as suas áreas, nem sistema de aquecimento central. Não é realizado o aproveitamento da luz solar para aquecimento de águas ou para a produção de energia elétrica.

O Município de Ponte da Barca fica situado no extremo Noroeste de Portugal, no Minho e pertencendo em termos de distrito a Viana do Castelo, pertence à NUTS de nível III "Minho Lima", representando cerca de 8,21% do distrito e 0,81% da Região Norte. Ponte da Barca possui como limites Arcos de Valdevez, Terras de Bouro, Ponte de Lima, Vila Verde e Espanha mais propriamente a região da Galiza.

Em termos administrativos o Município encontra-se dividido em 17 freguesias Azias, Boivães, Bravães, Britelo, União de Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas, Cuide de Vila Verde, União de Freguesias de Entre-Ambos-os-Rios, Germil e Ermida, Lavradas, Lindoso, Nogueira, Oleiros, União de Freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muia e Paço Vedro de Magalhães, União de Freguesias de Touvedo (Salvador) e Touvedo (S. Lourenço), Sampriz, União de Freguesias de Vila Chã (Santiago), Vila Chã (S. João), Vade (S. Pedro) e Vade (S. Tomé).

A orografia do território é bastante diversificada encontrando-se em distâncias relativamente curtas áreas de vale e de montanha o que traz naturalmente condicionalismos quer em termos de acessibilidades quer em termos de ocupação. Assim, segundo os dados da ocupação do solo, 76% da área do concelho é ocupada por espaços florestais (13928,97 ha). Factor comum a todas as freguesias é a posse de área florestal.

O concelho de Ponte da Barca encontra-se inserido nas seguintes figuras de ordenamento de proteção: Área protegida do Parque Nacional da Peneda-Gerês; Parque Transfronteiriço Gerês Xurés; Rede Natura 2000 (Sítio Rio Lima, Sítio Peneda/Gerês e Zona de Proteção Especial – Serra do Gerês) e Regime Florestal Parcial (Perímetro Florestal da Serra Amarela).

O concelho possui cerca de 51% do seu território inserido no Parque Nacional da Peneda-Gerês, área gerida pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), englobando as freguesias de Lindoso, Ermida, Britelo, Germil e Entre Ambos-os-Rios todas elas situadas em área montanhosa na Serra Amarela.

Relativamente à Rede Natura 2000 Ponte da Barca é abrangida pelas seguintes áreas classificadas: Sítio Rio Lima (PTCON0020); Sítio Peneda / Gerês (PTCON0001) e Zona de Proteção Especial – Serra do Gerês (PTZPE0002).

O território integra também o Parque Transfronteiriço Gerês Xurés (com o território que é abrangido pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês), e integra a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês Xurés. Esta distinção atribuída pela UNESCO pretende ser o reconhecimento da necessidade de um esforço comum e coordenado de salvaguarda dos valores de flora, fauna e paisagem e uma relação equilibrada entre as populações e a Natureza. Podemos no território de Ponte da Barca encontrar exemplares únicos de flora, casos do Narciso Trombeta e dos Azevinhais da Amarela, fauna diversa como Lobos, Veados, Corças, Cabras Montesas, Lontras, Víboras entre muitos outros. A água e os grandes planos de água de Touvedo e do Alto Lindoso (Bacia do Lima), representam também um espaço territorial significativo com impacto social e económico do concelho.

Atendendo ao acima exposto, é de interesse municipal garantir não só a proteção florestal mas também de toda a população do concelho, sendo que para garantir tal objetivo será necessária a construção de um novo quartel para os BVPB, de forma a garantir melhores condições de trabalho.

Esta intervenção representa um contributo efetivo para a melhoria das condições de preparação, instrução e operação dos elementos que integram o corpo de bombeiros, o qual se refletirá na qualidade do seu desempenho e na elevação da autoestima da Corporação. A realização desta infra-estrutura contribuirá para a melhoria das condições da rede de socorro no território.

Desta forma e sendo premente a construção de um novo quartel, proponho nos termos da alínea g) "Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG" e no termos da alínea o) "Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos" do nº 1 do artigo nº 33º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12

de Setembro o seguinte:

a) A doação de um terreno (conforme planta em anexo) situado na União de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães, com o artigo 2072 – Urbano e a descrição no registo da conservatória com o nº 1795/20160628, a confrontar a norte com terrenos da câmara municipal e José Alcides e Outros, a sul com Pavilhão Gimnodesportivo, a nascente com terrenos da câmara municipal e a poente com a rua Heróis do Ultramar, com uma área total de 6.216,00 metros quadrados, cuja avaliação efetuada em 2016/07/07 pelo avaliador do Serviço de Finanças de Ponte da Barca, tendo atribuído um valor patrimonial de 279.080,00 euros (conforme documento em anexo).

b) Mais proponho que a doação fique sujeita às seguintes condições:

1) O terreno a doar reverterá para a plena posse e propriedade do Município mediante deliberação do órgão executivo, nos seguintes casos:

aa) Não cumprimento do prazo de conclusão das obras constantes do projecto a executar (10 anos);

bb) O prazo referido na subalínea aa) só poderá ser prorrogado por deliberação do órgão executivo em caso de força maior ou devidamente justificados e fundamentado o motivo, mediante requerimento dos interessados.

cc) No caso de reversão por qualquer razão referida nas sub alíneas aa) e bb) considerar-se-ão perdidas a favor do Município a totalidade das benfeitorias introduzidas ou implantadas no terreno, sem direito a qualquer tipo de indemnização.

c) É vedado ao donatário do terreno proceder à sua alienação.

Ponte da Barca, 14 de julho de 2016

O Vice - Presidente da Câmara, na ausência do senhor Presidente da Câmara

(Eng. José Alberto Sequeira Castro Pontes)"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta acima transcrita: "O senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, apresentou a declaração de voto que se transcreve: "Voto favoravelmente porque se trata de um importantíssimo equipamento que faz falta a Ponte da Barca. Tenho no entanto dúvidas de que se trate da melhor localização, isto porque se irá instalar numa zona próximo das escolas onde a circulação em marcha de urgência é incompatível com um zona de muita circulação de crianças e jovens. Espero que no projeto, nomeadamente a implantação do edifício e a ligação à variante, minimize esta preocupação." -----

12.4. - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO DE MONTRAS ENGALANADAS PARA A ROMARIA DE SÃO BARTOLOMEU

- Pela Divisão de Desenvolvimento Social foram presentes as normas de participação no concurso de montras engalanadas para a Romaria de São Bartolomeu, que se transcrevem: "Nota Justificativa - O Concurso de Montras Engalanadas para a Romaria de São Bartolomeu – Ponte da Barca é promovido pelo Município de Ponte da Barca e pretende procurar o envolvimento dos estabelecimentos comerciais locais, dinamizando e tornando mais atrativa a visita à sede do concelho e aos seus espaços comerciais.

A Romaria de São Bartolomeu, cuja génese se encontra na fé e devoção a São Bartolomeu, terá sempre uma vertente religiosa muito marcada. No entanto, tem também uma forte componente laica, pelos aspetos lúdicos e culturais que no seu seio se foram desenvolvendo.

Este concurso inspira-se, assim, na tradição secular de moradores mais devotos, particularmente em regiões de maior fervor religioso e festivo, em ornamentar parte da fachada das suas casas com o que de mais bonito e de maior valor estético tinham em casa e pretende estender este propósito aos espaços comerciais da vila.

Estas manifestações que ainda hoje se observam, pela beleza e animação que transmitem aos espaços, consagram como poucas, a união entre o sagrado e o profano, que tão ligados estão na Romaria de São Bartolomeu.

Artigo 1º
Lei Habilitante

O presente normativo tem suporte legal na alínea ff), do n.º 1 do Artigo 33º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Artigo 2º
Objeto

O presente documento define as normas de participação no Concurso de Montras Engalanadas para a Romaria de São Bartolomeu – Ponte da Barca.

Artigo 3º
Entidade Promotora

O Município de Ponte da Barca organiza o Concurso de Montras Engalanadas para Romaria de São Bartolomeu.

Artigo 4º
Objetivos

Este concurso tem como principais objetivos:

1. A dinamização do comércio local;
2. O embelezamento das montras das ruas de Ponte da Barca com temática da Romaria de São Bartolomeu e tradições a ela associadas ;
3. A sensibilização dos barquenses para as diversas formas de sentir, viver e bem receber num dos principais eventos do concelho;

Artigo 5º
Destinatários

Podem participar neste concurso:

1. Todos os estabelecimentos comerciais com localização nas ruas da vila de Ponte da Barca.

Artigo 6º
Condicionantes

1. Os elementos decorativos utilizados nas montras a concurso devem ser visíveis da via pública.
2. Ao júri reserva-se o direito de exclusão de espaços a concurso que, face aos materiais utilizados, se tornem manifestamente inestéticos e/ou inadequados por apresentarem risco de queda de materiais sobre a via pública.
3. As montras que não respeitem a temática da Romaria de São Bartolomeu e das tradições a ela associadas não serão avaliadas, nem admitidas a concurso.

Artigo 7º
Responsabilidade

1. A responsabilidade civil por qualquer acidente ocorrido com as exposições das montras cabe ao concorrente.
2. As entidades promotoras do concurso não assumem qualquer responsabilidade por danos que venham a ocorrer por quedas de materiais para a via pública, bem como perante outras situações que possam causar danos em pessoas e bens.

Artigo 8º
Período do concurso

1. A decoração das montras terá de ser feita até ao dia 16 de agosto e a sua exposição decorre entre esse mesmo dia e o dia 24 de agosto.

Artigo 9º
Entrega das Inscrições

1. As inscrições, cujo formulário se encontra anexo a este regulamento, devem ser entregues até 10 dias antes do primeiro dia da Romaria;
2. Não serão aceites as inscrições cuja data de receção seja posterior à data limite de inscrição;
3. A inscrição para o concurso é gratuita e implica a aceitação integral das presentes normas;
4. Para a inscrição deverá ser devidamente preenchida a Ficha de Inscrição (Anexo I) e entregue de uma das seguintes formas:
 - a) Pessoalmente, na Loja Interativa de Turismo (horário de funcionamento: 10:00h – 13:00h; 14:00h – 18:00h, de terça a sábado) ou na Casa da Cultura (horário de funcionamento: 14:00h – 18:00h)
 - b) Via e-mail: centrointerpretativo@cmpb.pt
 - c) Inscrição online: em www.cmpb.pt

Artigo 10º
Júri do Concurso

1. Para efeitos de apuramento dos primeiros três classificados, será constituído um júri, a designar pelo senhor Presidente da Câmara, composto pelos seguintes elementos:
 - a) O Presidente da Câmara ou um Vereador;
 - b) Um Representante da Associação Concelhia da Romaria de São Bartolomeu;
 - c) Um representante da Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca (ACIAB)
 - d) Dois membros da comunidade civil.

Artigo 11º
Avaliação

1. A avaliação das montras a concurso ocorrerá sem aviso prévio aos participantes, durante o primeiro dia de Romaria.
2. A classificação a obter por cada concorrente será determinada pela pontuação que lhe venha a ser atribuída.
3. Será utilizada uma grelha de pontuação com os seguintes itens de avaliação (entre 0 e 10 valores):
 - a) Enquadramento na temática da Romaria de São Bartolomeu e tradições a ela associadas;
 - b) Originalidade e criatividade;
 - c) Estética

Artigo 12º
Identificação

1. Para melhor identificação dos estabelecimentos a concurso, será colocado na montra um dístico cedido pela organização.
2. O dístico deve estar afixado durante os dias do concurso, em local visível e em bom estado de conservação para que o júri consiga identificá-lo.

Artigo 13º
Prémios

1. Serão atribuídos os seguintes prémios monetários:
 - a) 1º Classificado – 200€;



- b) 2º Classificado – 150€;
c) 3º Classificado – 100€.

2. A divulgação pública dos resultados realiza-se no dia 19 de agosto, pelas 21:30h, no início do Festival Terras da Nóbrega que acontece na Praça Terra da Nóbrega.
3. Aos primeiros três classificados será fornecido um dístico que refere a classificação obtida no presente concurso e que deverá ser colocado na respetiva montra durante os restantes dias da Romaria.

Artigo 14º Dúvidas

1. As questões normativas que suscitem dúvidas de interpretação serão resolvidas pela Câmara Municipal de Ponte da Barca, enquanto entidade promotora do concurso.
2. A participação no presente concurso pressupõe a plena aceitação das presentes normas.

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO DE MONTRAS ENGALANADAS PARA A ROMARIA DE SÃO BARTOLOMEU – PONTE DA BARCA

Identificação pessoal:

Nome completo _____

Morada _____

Telefone/telemóvel _____

Identificação exata do estabelecimento comercial a concurso (nome e morada completa):

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as normas de participação no concurso de montras para a Romaria de S. Bartolomeu.-----

12.5. – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE VILA CHÃ DE S. JOÃO – APOIO FINANCEIRO

- Minuta de protocolo de colaboração -

– Presente ofício pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Chã de S. João, registado sob o número 389/2016, 11 de janeiro de 2016, a solicitar apoio financeiro para a construção de casas de banho de apoio à população que se desloca para o culto na Igreja Paroquial.

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios, comuns e específicos da população do Concelho, designadamente no âmbito deste protocolo de colaboração, o domínio no apoio a obras de interesse municipal.

Os interesses públicos que à Autarquia competem podem ser concretizados quer através de investimentos próprios, quer delegando competências ou subsidiando investimentos.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Chã de S. João, pessoa coletiva territorial tem, igualmente, como atribuições, o que diz respeito aos interesses das populações locais, designadamente, a conservação de equipamentos e espaços de utilização pública.

Assim:

Celebra-se o presente protocolo, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva nº. 505676770, devidamente representada pelo seu Presidente – António Vassalo Abreu, no disposto do artigo 33.º, n.1, alínea o), da Lei 75/2013, de 12 de setembro; e

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Chã de S. João, pessoa coletiva n.º 502 477 318, devidamente representada pelo Padre Moisés Duarte Rodrigues Correia.

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Pelo presente protocolo, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Chã de S. João, acordam na transferência para a referida Fábrica o valor de 6.234,00€ (seis mil, duzentos e trinta e quatro euros).

Cláusula 2ª

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Chã de S. João, responsabiliza-se pela mão-de-obra e pela utilização correta da verba a transferir, para obras de construção das Casas de Banho junto à Igreja Paroquial, consideradas de interesse municipal.

Cláusula 3ª.

A referida verba será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental 08.07.01, registado sob o compromisso 911//2016, de acordo com as opções do plano em execução e o orçamento em vigor em função da disponibilidade de tesouraria.

Cláusula 4.ª

A Câmara Municipal reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante.

Cláusula 5.ª

1. Qualquer revisão ou adaptação do presente protocolo de colaboração será acordada entre todos os outorgantes e celebrados os competentes aditamentos a este documento, por escrito.

2. O presente protocolo é lavrado em duplicado e vai ser assinado pelos representantes do Município de Ponte da Barca e pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Chã de S. João, sendo autenticado com selo branco ou carimbo e ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

Ponte da Barca, de julho de 2016

O 1º. Outorgante,

O 2º. Outorgante,

— A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo a celebrar. —

12.6. - 5ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA
4ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS
- Ratificação de Despacho -

- Presente, para ratificação, o despacho do senhor Vice Presidente da Câmara, de 07/07/2016, em que

aprova a 5ª alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 283.850,00€ e a 4ª alteração ao Plano de Investimentos, no valor de 92.000,00 €, visando o reforço de verbas insuficientemente dotadas. -----
---- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, ratificar o despacho do senhor Vice-Presidente da Câmara. Absteram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa. -----

12.7.- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

----- Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião. -

PONTO Nº: 14 - ENCERRAMENTO

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas treze horas e quarenta minutos, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----